



VIVÊNCIAS E APRENDIZADOS DE UM INTERCÂMBIO ACADÊMICO: NOTAS DE MISSÃO DE ESTUDOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

EXPERIENCES AND LEARNING OF AN ACADEMIC EXCHANGE: NOTES OF MISSION AT FEDERAL UNIVERSITY OF SERGIPE

VIVENCIAS Y APRENDIZAJES DE UN INTERCAMBIO ACADÉMICO: NOTAS DE MISIÓN DE ESTUDIOS EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE SERGIPE

Claudemir Martins Cosme

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Pernambuco
Rua Avelino Magalhães, 5150 – Bairro Centro
Tabuleiro do Norte – Ceará – CEP: 62.960-000
E-mail: claudemirmartins@yahoo.com.br

Resumo: Este texto tem por objetivo apresentar notas de missão de estudos, em caráter de mestrado sanduíche, realizada na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os escritos buscam descrever as atividades desenvolvidas sublinhando a relevante contribuição desta experiência para a formação acadêmica e construção das pesquisas dos estudantes de Pós-Graduação que se propõem a vivenciarem tal processo, bem como, pôr em relevo questões suscitadas durante trinta dias que merecem atenção dos pesquisadores que têm no espaço agrário brasileiro a centralidade das suas investigações.

Palavras chave: Missão de estudos, Formação acadêmica, Intercâmbio acadêmico.

Abstract: This text aims to present notes of mission in character of sandwich Master's degree, held at the Federal University of Sergipe (UFS). The writings seek to describe the developed activities underlining the important contribution of this experience for the academic training and construction of that propose to experience this process as well, to highlight issues raised during thirty days that deserve attention of researchers that has in the Brazilian agrarian space the centrality of their investigations.

Keywords: Mission of studies. Academic training. Academic exchange.

Resumen: Este texto tiene como objetivo presentar notas de misión de estudios, por medio de Maestría Sándwich, que se celebró en la Universidad Federal de Sergipe (UFS). Los escritos tratan de describir las actividades destacando la importante contribución de esta experiencia para la construcción de los estudiantes académicos y de investigación de los estudiantes de posgrado que pretenden experimentar este proceso, también para resaltar cuestiones planteadas durante aquellos treinta días que merecen atención de los investigadores que tienen, en el espacio agrario brasileño, la centralidad de sus investigaciones.

Palabras clave: Misión de Estudios. Formación académica. Intercambio académico.

INTRODUÇÃO

“Estado, Questão Agrária e Conflitos Territoriais: um estudo comparativo entre Sergipe, Paraíba e Minas Gerais” trata-se de um Projeto desenvolvido em parceria entre os cursos de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sob a coordenação do Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho¹. Projeto esse, aprovado no Edital CAPES/FAPITEC/SE n° 06/2012 - Programa de Estímulo a Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-Graduação em Sergipe (PROMOB), o qual permite a cooperação entre as instituições. Dentre as atividades desenvolvidas destaca-se o intercâmbio de pesquisadores e estudantes de mestrado e doutorado.

Assim, o presente texto busca apresentar as atividades desenvolvidas na UFS no período entre 05 de maio a 05 de junho de 2014, sublinhando a relevante contribuição desta experiência para a formação acadêmica e construção das pesquisas dos estudantes de Pós-Graduação que se propõem a vivenciarem tal processo, bem como, pôr em relevo questões suscitadas durante os trinta dias que, defende-se aqui, merecerem atenção dos pesquisadores que têm no espaço agrário brasileiro a centralidade das suas investigações.

O interesse do autor deste texto em aprofundar os conhecimentos acerca da questão agrária brasileira tem origem na graduação quando do direcionamento dos estudos das contradições que marcam o desenvolvimento do capitalismo no campo cearense. Interesse que desembocou na pesquisa de mestrado² que elegeu como problema central: estudar o processo de evasão³ de camponeses nos assentamentos rurais, tendo o recorte temporal dos últimos 12 anos, marcados pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) em nível federal. Essa trajetória acadêmica foi determinante para a decisão de vivenciar a missão aqui descrita.

Dois motivos foram fundamentais para a escolha da UFS como local de realização da missão. Primeiro, o fato de perceber por meio de consulta prévia da literatura, o espaço agrário sergipano como um laboratório a céu aberto para uma aproximação com a questão agrária brasileira. Segundo, pela atuação dos pesquisadores envolvidos no referido Projeto. Conhecendo parte da literatura construída por alguns destes⁴, percebeu-se a afinção com a visão utópica⁵ e com

¹ Agradeço ao Prof. Eraldo da Silva Ramos Filho pela revisão e valiosas contribuições na elaboração deste texto e durante a Missão de Estudos, bem como a todos (as) que tive o prazer de conviver durante os trinta dias na UFS.

² Pesquisa desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior no PPGG/UFPB.

³ A problemática elegida na referida pesquisa é tratada com variadas denominações e processos, seja pelo Estado, academia, movimentos sociais e os próprios camponeses assentados, a saber: saída, desistência, evasão, rotatividade, abandono, venda e troca de lotes e exclusão, entre outras. A opção feita foi tratá-la como expulsão de camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil.

⁴ Os trabalhos de Ramos Filho (2008; 2012; 2013) e Mitidiero Júnior (2013) são obras que permitem aproximação com a questão agrária no Estado de Sergipe, bem como dão mostras da visão utópica sobre a questão agrária brasileira.

a busca de transformação das relações sociais de dominação e exploração que prevalecem no espaço agrário brasileiro.

O presente trabalho está estruturado em 02 seções, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira seção, abordam-se as experiências vivenciadas que dão a dimensão do caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo, o papel do Estado nesse movimento e os processos de resistência e subordinação do campesinato assentado ao capital. Na segunda seção, aborda-se o conhecimento das experiências vistas como contra hegemônicas ao modelo do agronegócio.

O DESENVOLVIMENTO CONTRADITÓRIO DO CAPITAL NO CAMPO, O PAPEL DO ESTADO E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E SUBORDINAÇÃO DO CAMPESINATO ASSENTADO

Para entender o campo brasileiro parte-se das reflexões de Martins (1991) quando afirma que a questão agrária tem duas faces que se combinam, quais sejam: a expropriação e a exploração. Bem como, a partir de Oliveira (2001) que partindo do autor acima, defende que o desenvolvimento capitalista é por si contraditório e desigual, onde o avanço ocorre predominantemente sujeitando a renda da terra ao capital. Para ele, esse movimento não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, mas também cria e recria o trabalho familiar camponês necessário para a produção do capital.

Destarte, durante a missão de estudos, em suas diversas atividades, foi possível verificar e ler os processos sociais a partir do arcabouço teórico elaborado pelos referidos autores, tendo como base as investigações desenvolvidas pelos pesquisadores no campo dos Estados da Paraíba, Sergipe, Minas Gerais, além do Ceará, onde o autor deste texto centra seus estudos.

A missão teve início com a participação no Seminário Técnico, que contou com a presença de docentes e discentes das três Universidades envolvidas no projeto, onde foram apresentados os grupos de pesquisas e os projetos/pesquisas desenvolvidas. Neste espaço de socialização, já foi possível verificar o caráter contraditório do movimento do capital no campo, seja no processo de territorialização materializado no avanço do agronegócio, conseqüentemente, expropriando à agricultura camponesa; seja pelo processo de monopolização do território, extraíndo a renda da terra via subordinação e exploração do trabalho familiar do camponês⁶ assentado, como no caso da subordinação da produção de oleaginosas nos assentamentos rurais.

²

⁵ Visão social de mundo utópica nos termos de Lowy (2007).

⁶ Sobre esses movimentos geográficos de territorialização e monopolização do território pelo capital ver Oliveira (2001).



O I Seminário intitulado “Estado, questão agrária e conflitos territoriais” foi o segundo momento importante. Este se materializou em painéis com pesquisadores, estudantes e representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na condição de expositores e coordenadores. Como o próprio título do evento explicita, a centralidade das discussões pautou-se nos conflitos territoriais e na ação do Estado e dos últimos governos frente à questão agrária. Os debates após cada exposição contando com a participação de técnicos prestadores de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) às famílias assentadas do Estado de Sergipe, de professores, estudantes e militantes dos movimentos sociais do campo, foi o ponto alto do seminário. A centralização das discussões sobre as políticas/programas para o campo na atualidade, bem como, o foco nas lutas e processos de resistências dos movimentos sociais, especialmente, o MST, permitiu perceber o quanto é necessário se analisar os caminhos trilhados pelos governos petistas, no sentido de buscar compreender as contradições e opções no trato da questão agrária.

Em síntese, acredita-se que uma inquietação mereça atenção especial dos pesquisadores que se debruçam sobre o espaço agrário brasileiro, qual seja: **as políticas/programas para o campo, centradas no agronegócio como modelo hegemônico em detrimento da agricultura familiar camponesa, efetivadas nesses governos, permitem caracterizá-los como continuadores do ideário neoliberal como defende Magalhães (2010) ou esses governos executaram medidas de apoio ao campesinato, a exemplo da elevação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), possibilitando classificá-los como governos que romperam com o modelo neoliberal podendo portanto, tê-los como governos pós-neoliberais nos termos defendido por SADER (2013)?**

O trabalho de campo na Microrregião geográfica Sergipana do Sertão do São Francisco permitiu conhecer experiências marcantes de resistência camponesa ao atual modelo agrário/agrícola hegemônico do agronegócio. A primeira deu-se com a visita ao Teatro Raízes Nordestinas de iniciativa do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), localizado no município de Poço Redondo. Nesta, apreciou-se além do resgate, valorização e manutenção da cultura popular camponesa, por si uma iniciativa das mais valiosas em tempos de tentativas de padronização e homogeneização cultural, a crítica ao modelo agrário/agrícola hegemônico marcado pela utilização de agrotóxicos. A segunda refere-se à visita ao Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba, especializado em terras dos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, gestado na luta pela terra empreendida pelo MST nos anos de 1990 (RAMOS FILHO, 2013). O encontro com representantes do MST, da ATER e das famílias assentadas possibilitou a

visualização da dimensão da resistência camponesa diante do quadro de abandono pelo Estado e dos últimos governos federais, materializado na precariedade, a qual estão submetidos os camponeses assentados.

Reporta-se aqui aos relatos dos assentados acerca dos longos anos de espera pelo Estado para ter acesso ao básico, como: moradia; ATER; incentivo para produção, como a possibilidade de irrigação; a reduzida dimensão dos lotes; o problema de salinização de solos advindos de anos de depredação ambiental, quando da exploração do imóvel pelo latifundiário, entre outros. “O PA Jacaré-Curitiba é um símbolo da resistência para permanência na terra. Após a conquista da terra, os diferentes governos adotaram a postura política de atrasar a implantação da infraestrutura hídrica por cerca de 12 anos” (RAMOS FILHO, 2013, p. 176). Ainda segundo esse autor, a precariedade verificada em campo é fruto de um projeto pensado dentro do Estado visando a inviabilidade do PA.

A partir dessa realidade, acredita-se que outra questão mereça a atenção especial nos estudos sobre o campo, a saber: **afinal, está em curso uma reforma agrária conservadora, parcial ou incipiente, mas que se apresenta com grandes avanços (FERNANDES, 2013; CARTER e CARVALHO, 2010) ou presencia-se nestes últimos governos petistas a continuidade da histórica contrarreforma agrária (OLIVEIRA, 2010; RAMOS FILHO, 2012, 2008)?**

A título de situar o leitor, no primeiro viés está Fernandes (2013; 2010). Este autor, apesar de reconhecer a opção dos últimos governos pelo agronegócio e que a precariedade das políticas públicas para o campesinato e a reforma agrária está expulsando as famílias assentadas, defende que nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva foi realizada uma reforma agrária incipiente, apontando alguns avanços, fruto da luta dos movimentos sociais neste período.

No segundo viés da avaliação, Oliveira (2010) fala sobre a reforma agrária que vem sendo implementada pelos governos do PT. Este afirma que nos últimos anos o que se tem visto é uma não reforma agrária e uma contrarreforma agrária. A primeira, segundo ele, materializada na divulgação irreal pelo INCRA e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) dos números relacionados à implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Já a contrarreforma agrária é objetivada na arquitetura de projeto de lei e medidas provisórias pelo governo federal e o congresso nacional, visando à legalização das terras griladas e o uso dos assentamentos para oferecer matéria-prima à indústria, especialmente na região da Amazônia.

Corroborando com essa ideia, Ramos Filho (2012, 2008) em seus estudos também avalia que está em curso uma contrarreforma agrária no Brasil, onde a reforma agrária passa a ser



substituída pelas políticas neoliberais de apoio ao agronegócio pela implementação da reforma agrária de mercado e pelas políticas de combate à fome e a miséria.

Ainda fruto deste momento, mais precisamente a partir do depoimento de uma liderança do PA Jacaré-Curitiba, uma questão merece destaque quando a mesma relembra algumas famílias assentadas que participaram da luta para a conquista da terra e que não estão mais no assentamento, ou seja, “desistiram do assentamento”. Esse relato pôs em relevo a problemática da evasão de camponeses assentado a qual estava esquecida no volumoso e importante acervo de pesquisas produzidas nos últimos 20 anos tendo nos assentamentos rurais seu ponto central (BRUNO e MEDEIROS, 2000). Nessa esteira, outros questionamentos tornam-se pertinentes aos estudos da questão agrária: **qual o número real de famílias assentadas expulsas nos assentamentos rurais no Brasil? As famílias camponesas assentadas desistem/abandonam os assentamentos rurais ou o quadro de perversa precariedade a que estão expostas está expulsando/expropriando-as?**

Por fim, diante do cenário até o momento descrito ficou evidente a necessidade de se discutir com profundidade o que representa a materialização dos assentamentos rurais na atualidade para o campesinato. Ou seja, é no assentamento que as ações do Estado e dos movimentos sociais se concretizam atualmente.

Alguns estudos no âmbito da Geografia Agrária apresentam-se como ponto de partida de caminhos a serem explorados e aprofundados em debates e investigações. Defende-se aqui que no mínimo três leituras estão sendo construídas e estão postas, quais sejam: **1) Os assentamentos rurais podem ser compreendidos enquanto uma fração do território⁷ conquistada, onde a territorialização da luta proporciona a construção do território camponês para e pelas famílias assentadas, como assevera Fernandes (1994)?** Ou seja, o assentamento rural é uma conquista e esta proporciona autonomia nas relações de poder permitindo assim o protagonismo, a existência e a (re)criação do campesinato e a construção de um outro território como negação do território capitalista do latifúndio? **2) Ou os assentamentos rurais estariam proporcionando a ilusão da autonomia camponesa⁸ como afirma Alentejano (2007)?** Frontalmente divergindo das colocações de Fernandes (1994), Alentejano (2007) concebe o assentamento apenas como elementos de resistência das classes dominadas, haja vista “[...] a conquista da terra de trabalho não representa mais do que a ilusão da autonomia, pois a partir daí passam a operar outros mecanismos de subordinação” (ALENTEJANO, 2007, p. 105). **3) Ou o assentamento rural seria um**

⁷ Entende-se o conceito de território a partir de OLIVEIRA (1999).

⁸ Caminhando dentro dessa perspectiva, Mitidiero Jr. (2013) afirma ver com restrições a adoção do conceito de territorialização da luta pela terra caso não leve em consideração os limites da materialização dessa luta em assentamentos rurais. Para ele, o assentamento rural, enquanto frações do território conquista, deve ser visto como uma área de resistência subordinada diretamente constituinte do território capitalista brasileiro.

Território de Esperança como trata a abordagem de Moreira e Targino (2007)? Para estes autores, a luta pela terra e pela sobrevivência nos assentamentos rurais é motivada pela busca da construção de território(s) de esperança por parte dos camponeses assentados.

Destarte são questões e inquietações que acompanham o intercambista e que foram alicerçadas na presente missão. Nesse sentido, acredita-se que estão postas e que devem animar os debates dos estudiosos da questão agrária brasileira nesta segunda década do século XXI.

EXPERIÊNCIAS CONTRA HEGEMÔNICAS: A REDE SERGIPANA DE AGROECOLOGIA E A FEIRA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS NO CANTINHO DA ROÇA

Diante das perversas e degradantes consequências socioambientais, fruto do modelo agrário/agrícola dominante de uso da natureza, levado a cabo pelo agronegócio no Brasil, a missão de estudos proporcionou conhecer experiências exitosas de resistência vivenciadas por sujeitos sociais movidos pela visão social de mundo utópica, quais sejam a Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA) e a feira agroecológica do Cantinho da Roça. Estas, baseadas numa proposta para o campo, amparadas nos princípios da agroecologia, na agricultura camponesa e na reforma agrária, apontam para uma direção inversa ao modelo agrário/agrícola hegemônico.

A reunião da RESEA ocorreu na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE) e contou com a presença de representantes da própria FETASE, do MST, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de Parlamentares, do Projeto de Residência Agrária da UFS e do Cantinho da Roça, além de estudantes de Pós-Graduação. Na oportunidade, foram debatidos temas importantes para a construção e fortalecimento de um projeto agroecológico para o campo sergipano, como: as caravanas da agroecologia no Estado; a realização de um encontro estadual de agroecologia e o fortalecimento da própria Rede em termos de organicidade e finanças.

O III Encontro Nacional de Agroecologia, ocorrido recentemente⁹, marcou as discussões através de relatos e avaliações pelos que estiveram presente no mesmo.

A visita à feira de produtos agroecológicos no Cantinho da Roça constitui-se em outro momento importante para perceber esse movimento de resistência amparado por uma visão agroecológica para o campo sergipano. Neste, foi possível visitar o espaço da feira com produtos agroecológicos oriundos de unidades familiares de produção camponesa, seja em assentamentos rurais, seja em comunidades rurais de pequenos produtores, bem como, perceber as dificuldades que

⁹“Cuidar da terra, alimentar a saúde e cultivar o Futuro”, foi o lema do III ENA realizado entre os dias 16 a 19 de maio de 2014 na cidade de Juazeiro-BA.



permeiam os processos de resistência, mas também, a importância e a necessidade de unificação das ações entre as classes exploradas do campo e da cidade.

As experiências de resistência, como a RESEA e o Cantinho da Roça, evidenciam que apesar do agronegócio ser o modelo agrário/agrícola hegemônico no campo brasileiro contando com todo apoio do Estado e dos últimos governos petistas, isso não significa que seja a única e a melhor forma de produzir e utilizar os bens da natureza e de relação social no espaço agrário. Ao contrário, tem-se uma opção sendo gestada com as experiências de resistência dos movimentos sociais, entidades e organizações do campo e as famílias camponesas, a qual é assentada na agricultura camponesa de base agroecológica e na reforma agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas durante a Missão de Estudos na UFS demonstram a relevância do intercâmbio, via mobilidade acadêmica, para a formação do estudante de Pós-Graduação que se propõem a vivenciar tal processo. Esta breve nota exprimiu o que se pode esperar de um intercâmbio acadêmico e subsidiar a escolha de outros intercambistas no momento de decisão e planejamento de suas missões de estudos.

O contato com outros pesquisadores e estudantes possibilitou a socialização das pesquisas desenvolvidas sobre a questão agrária brasileira fornecendo relevantes contribuições, tanto para a formação acadêmica, como para a pesquisa que ora está sendo desenvolvida no mestrado. A visita ao espaço agrário sergipano, o contato com entidades/organizações ligadas ao campo, movimentos sociais e com as famílias assentadas permitiu ampliar o olhar e a capacidade de análise sobre as contradições neste espaço.

Os questionamentos suscitados sobre o Estado e os governos petistas, a reforma agrária em curso, a questão da expulsão e subordinação dos camponeses assentados e o modelo atual de criação dos assentamentos rurais, são apontamentos que devem permear os estudos sobre a questão agrária nos próximos anos.

A ciência geográfica em muito pode contribuir nos debates e reflexões sobre o espaço agrário brasileiro, desde que assuma a responsabilidade de pôr em relevo as contradições e as lutas de classes que marcam a questão agrária neste país. Seus conceitos/teorias, a exemplo do conceito de território, dos processos de territorialização e monopolização do território pelo capital, podem e devem subsidiar a reflexão sobre esse espaço, marcado de um lado pela produção, modernização, e de outro, pela conflitualidade, pela violência, pela barbárie, como faces da mesma moeda. Agindo assim, a Geografia contribuirá para construção de outro projeto para o campo, onde a lógica

perversa do modo de produção capitalista, materializada no agronegócio, seja substituída por um projeto camponês, marcado pela autonomia e liberdade dos sujeitos sociais do campo em decidir seu devir e, assim, construir uma sociedade verdadeiramente emancipada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Os Movimentos sociais e a teoria geográfica. In: GLAUCIO, José Marafon; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

BRUNO, Regina; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais**. Brasília: Convênio FAO/Incrá, 2000.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante do MST. In: CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 191-205.

_____. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 1994. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/ltd/Dissertacao_BMF.pdf >. Acesso em: 20 abr. 2014.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. 9. ed. São Paulo: Busca Vida, 2007.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Estratégias e modelos de desenvolvimento. In: _____ et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 -2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 19-34.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. Reforma agrária no Brasil: algumas contribuições sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 14, p. 4-2, 2013. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55794/59203> >. Acesso em: 30 mai. 2014.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 10, 2007. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1424> >. Acesso em: 24 mai. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil: não reforma agrária e contrarreforma agrária no governo Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 -2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 287-328.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.



_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos rumos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A ação do Estado na inserção do agrodiesel em Sergipe: resistência e subordinação no Assentamento Jacaré-Curituba. **Revista GeoNordeste**, Sergipe, n. 2, 2013. Disponível em: < <http://www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/1510/1335> >. Acesso em: 30 mai. 2014.

_____. A substituição da reforma agrária por programas de combate à pobreza e à miséria ou a contrarreforma agrária no Brasil. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA, 2012, Uberlândia. **Anais eletrônico**. Uberlândia, 2012.

_____. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 410f. Tese. (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/biblioteca.php>>. Acesso em: 3 mai. 2014.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In. SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 191-205.

Recebido em 24 de novembro de 2014

Aprovado em 23 de março de 2015

